

# MONITOR FISCAL E ORÇAMENTÁRIO

Consultoria de Orçamentos,  
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e  
Fiscalização Financeira – CD



Agosto/2019 (Dados de junho/2019)



Expectativas de mercado apontam para déficit primário de R\$ 105,9 bilhões em 2019, no âmbito do governo central. A meta anual, fixada na LDO, é de déficit de R\$ 139,0 bilhões. O Poder Executivo, por seu turno, prevê déficit de R\$ 141,3 bilhões no ano e já acumula contingenciamento de R\$ 34,4 bilhões em suas despesas primárias.

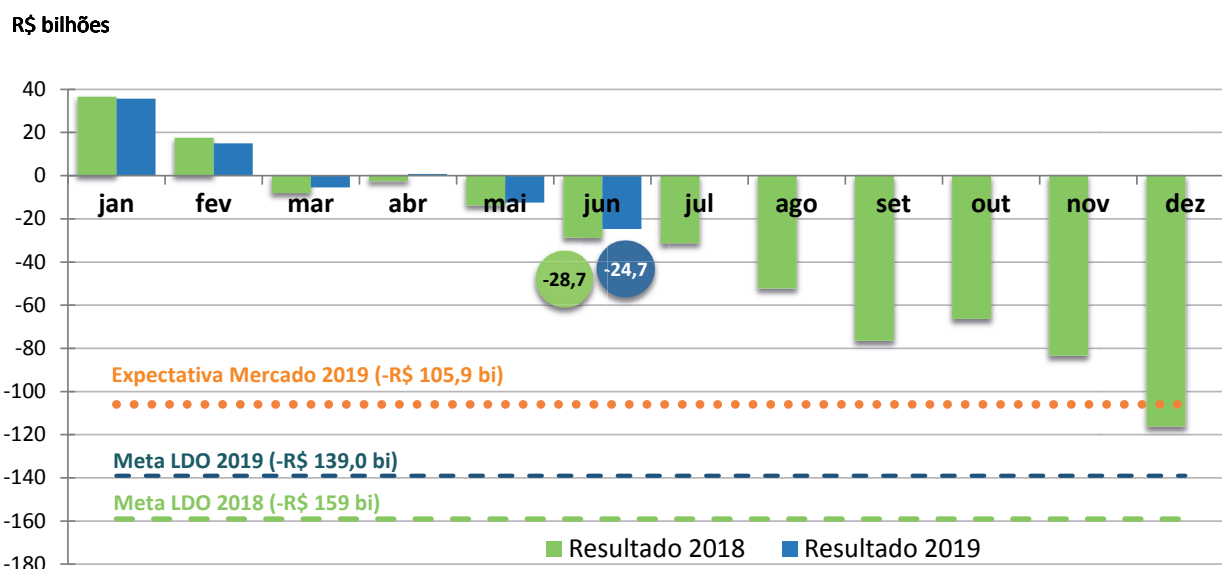
## A. EXPECTATIVAS DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

ITEM	LDO 2019	LOA 2019	3º BIM. 2019	MERCADO
Varição real do PIB (%)	3,00	2,50	0,80	0,82
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.549,30	7.436,70	7.157,80	-
IPCA acumulado (%)	4,25	4,25	3,80	3,80
Varição da massa salarial (%)	4,10	7,54	5,50	-
Selic média (% a.a.)	7,70	7,17	6,20	6,12
Câmbio médio (R\$/US\$)	3,30	3,62	3,80	3,79

Fonte: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2019, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2019 e Expectativas de Mercado de 26/7/2019 – Banco Central do Brasil.

## B. RESULTADO PRIMÁRIO ACUMULADO DO GOVERNO CENTRAL

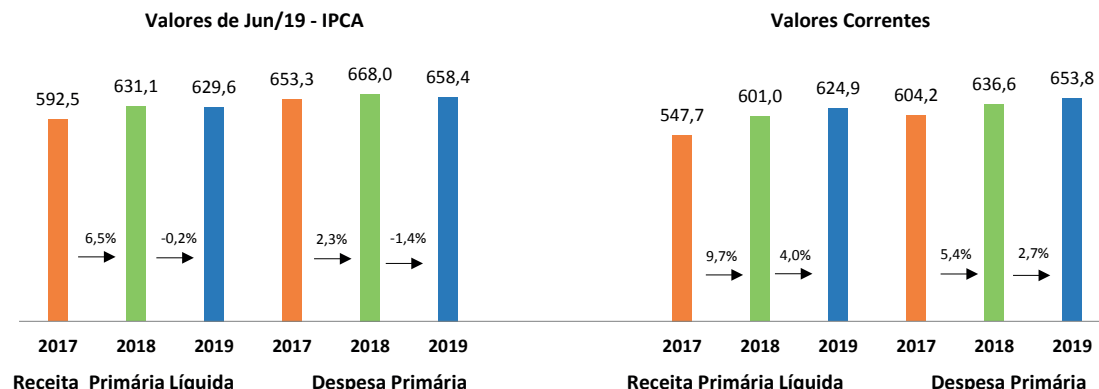
### Resultado Primário Acumulado no Ano (2018-2019)



Fonte: Banco Central

## C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e Despesas Primárias - 1º semestre (R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

## D. PROJEÇÕES DO GOVERNO CENTRAL PARA 2019

DETALHAMENTO DAS DESPESAS	PROJEÇÃO 2019		VARIÇÃO	
	LOA	3º BIM	VALOR	%
1. Receita Primária Total	1.574,9	1.540,5	-34,3	-2,2%
2. Transferências por Repartição de Receita	275,2	276,2	1,0	0,4%
3. Receita Primária Líquida	1.299,7	1.264,4	-35,3	-2,7%
4. Despesas Primárias	1.438,7	1.405,6	-33,0	-2,3%
Obrigatórias	1.309,3	1.308,0	-1,3	-0,1%
RGPS	637,9	630,9	-7,0	-1,1%
Pessoal	324,9	324,6	-0,3	-0,1%
Outras Obrigatórias	207,0	209,3	2,3	1,1%
Benefício de Prest. Cont. (LOAS/RMV)	60,2	59,9	-0,3	-0,6%
Abono e Seguro Desemprego	59,8	56,8	-3,0	-5,0%
Subsídios e Subvenções	17,5	19,3	1,8	10,3%
Demais	69,5	73,3	3,8	5,5%
Obrigatórias sujeitas a prog. financeira	139,5	143,2	3,7	2,7%
Discricionárias do Poder Executivo	129,4	97,6	-31,7	-24,5%
5. Resultado Primário (3 - 4)	-139,0	-141,3	-2,3	1,6%

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre. Ministério da Economia.

## E. EMENDAS IMPOSITIVAS (2019)

R\$ milhões

EMENDAS IMPOSITIVAS	AUTORIZADO <sup>1</sup>	LIMITE DE EMPENHO	EMPENHADO	PAGO		
				DO ANO	RESTOS A PG	TOTAL
<b>Individuais</b>	<b>9.143,8</b>	<b>7.178,6</b>	<b>3.580,1</b>	<b>1.378,3</b>	<b>1.656,4</b>	<b>3.034,8</b>
Despesas Correntes	4.447,9	-	2.785,4	1.367,7	198,0	1.565,7
Investimentos <sup>2</sup>	4.695,9	-	794,7	10,6	1.458,5	1.469,1
<b>Bancada Estadual</b>	<b>4.580,0</b>	<b>3.589,3</b>	<b>1.238,3</b>	<b>2,4</b>	<b>720,5</b>	<b>722,9</b>
Despesas Correntes	1.591,1	-	907,5	0,0	33,5	33,5
Investimentos <sup>2</sup>	2.988,8	-	330,8	2,4	687,0	689,5

Fonte: Tesouro Gerencial, dados atualizados até julho.

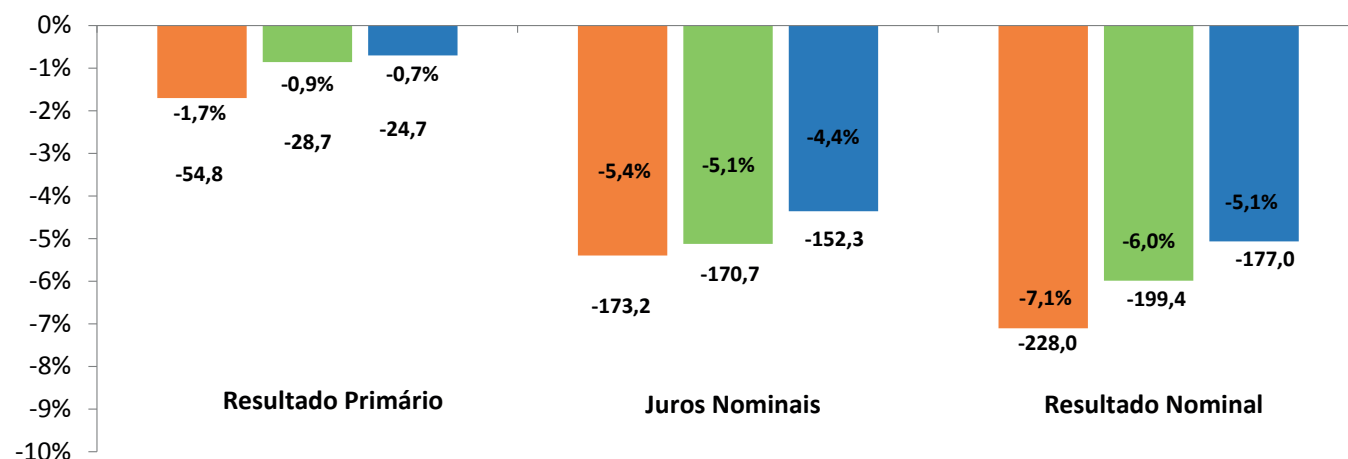
1. Autorizado = LOA + Créditos adicionais. 2. Inclui Investimentos Financeiras.

## F. CONTINGENCIAMENTO – PODER EXECUTIVO (2019)

ÓRGÃOS	LOA	AUTORIZADO	LIMITE DE EMPENHO <sup>1</sup>	CONTINGENCIAMENTO	
				VALOR	% DO AUTORIZ.
20000 Presidência da República <sup>2</sup>	719,1	718,7	531,0	187,7	26,1%
22000 Agricultura, Pec. e Abastecimento	2.301,2	2.268,9	1.429,2	839,7	37,0%
24000 Ciência, Tec., Inov. e Com.	5.079,2	5.073,9	3.187,2	1.886,7	37,2%
25000 Economia <sup>3</sup>	12.628,2	12.622,9	8.221,4	4.401,5	34,9%
26000 Educação <sup>4</sup>	24.670,4	24.501,9	18.632,3	5.869,7	24,0%
30000 Justiça e Segurança Pública	3.832,2	3.823,8	2.726,4	1.097,4	28,7%
32000 Minas e Energia	4.737,4	4.734,7	882,5	3.852,3	81,4%
35000 Relações Exteriores	1.642,9	1.642,9	1.163,9	479,0	29,2%
36000 Saúde	20.046,9	19.446,9	19.446,9	0,0	0,0%
37000 Controladoria-Geral da União	110,1	110,1	86,6	23,5	21,4%
39000 Infraestrutura	10.902,9	10.283,8	8.660,3	1.623,5	15,8%
44000 Meio Ambiente	821,1	817,6	623,5	194,1	23,7%
52000 Defesa	13.227,1	13.160,1	7.393,8	5.766,3	43,8%
53000 Desenvolvimento Regional	9.211,6	10.160,6	7.618,8	2.541,8	25,0%
54000 Turismo	598,1	573,6	241,8	331,9	57,9%
55000 Cidadania <sup>5</sup>	4.296,2	4.282,9	3.126,6	1.156,2	27,0%
60000 Gab. Vice-Pres. da República	7,6	7,6	6,9	0,7	9,2%
63000 Advocacia-Geral da União	450,0	450,0	327,8	122,2	27,2%
81000 Mulher, Família e Dir. Humanos	373,4	373,1	303,3	69,7	18,7%
Emendas individuais	9.143,7	9.143,7	7.178,6	1.965,1	21,5%
Emendas de Bancada	4.580,0	4.580,0	3.589,3	990,6	21,6%
<b>Total</b>	<b>129.379,2</b>	<b>128.777,8</b>	<b>95.378,2</b>	<b>33.399,6</b>	<b>25,9%</b>

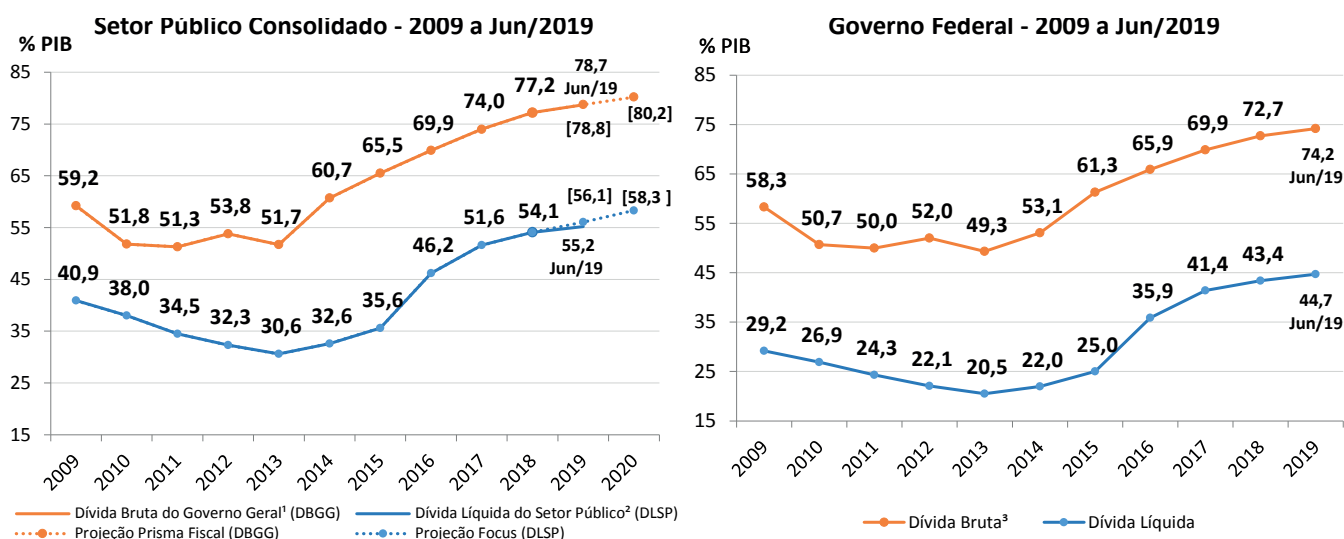
1. Fonte: Siga Brasil e Decreto 9.943, de 30 de julho de 2019. 2. Inclui os valores relativos à UO 71903. 3. Inclui os valores relativos às UOs 71101, 71104, 71904, 71905 e 73101. 4. Inclui os valores relativos à UO 74902, bem como o limite relativo às despesas à conta de receitas próprias, de convênios e de doações das instituições federais de ensino, no valor de R\$ 1.036.858.280,00. 5. Inclui os valores relativos à UO 74912.

## G. RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL



Fonte: Banco Central.

## H. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de Julho de 2019 e Relatório Focus de 26/7/2019. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

\* Para que a dívida bruta do governo federal não se ampliasse em 2019, estabilizando-se no nível verificado ao final de 2018 (72,7% do PIB), o resultado primário do governo central deveria ser superavitário em 1,4% do PIB.

## I. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Em julho de 2019, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em 1º turno a proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019). Uma vez aprovada em 2º turno, a matéria segue para apreciação do Senado, também em dois turnos. De acordo com o Ministério da Economia, as expectativas de mercado (medianas) sugerem que a aprovação integral da reforma pode ter reflexos significativos em termos de crescimento do PIB, conforme exposto adiante:

ANO	SEM APROVAÇÃO	COM APROVAÇÃO
2019	0,40%	1,00%
2020	0,50%	2,60%
2021	1,00%	3,00%
2022	1,00%	3,00%

Fonte: Prisma Fiscal. Boletim Especial Nova Previdência - julho/19.

Caso a reforma da previdência seja aprovada e essas expectativas se concretizem, tende a haver menor pressão para contingenciamentos orçamentários e melhores condições para a obtenção de resultados fiscais mais favoráveis.

### ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados  
Diretor: Wagner Primo Figueiredo Júnior  
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>  
Tel: (61) 3216-5100 | [conof@camara.gov.br](mailto:conof@camara.gov.br)

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal  
Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges  
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>  
Tel: (61) 3303-3318 | [monitor.fiscal@senado.leg.br](mailto:monitor.fiscal@senado.leg.br)

### EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Avila, Aritan Maia, Dayson Pereira, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont, Rafael De Fraia e Souza, Vinicius Ribeiro.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal